

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	15
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	49
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	52
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	53

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	168
Preferenciais	335
Total	503
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	1.147.285	1.141.356
1.01	Ativo Circulante	146.423	144.775
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	981	1.309
1.01.03	Contas a Receber	76.157	79.915
1.01.03.01	Clientes	76.157	79.915
1.01.04	Estoques	64.577	60.155
1.01.06	Tributos a Recuperar	417	469
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	417	469
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.291	2.927
1.02	Ativo Não Circulante	1.000.862	996.581
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	836.946	831.548
1.02.01.07	Tributos Diferidos	319.207	319.207
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	319.207	319.207
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	517.739	512.341
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	1.191	1.204
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	24.549	24.310
1.02.01.10.05	Outros Créditos	6.145	6.152
1.02.01.10.06	Direitos Creditórios	485.854	480.675
1.02.02	Investimentos	45.870	46.723
1.02.02.01	Participações Societárias	40.988	41.841
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	40.988	41.841
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	4.882	4.882
1.02.03	Imobilizado	117.560	118.135
1.02.04	Intangível	486	175
1.02.04.01	Intangíveis	486	175
1.02.04.01.02	Intangíveis	486	175

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	1.147.285	1.141.356
2.01	Passivo Circulante	3.055.571	3.251.811
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.825	14.015
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	15.825	14.015
2.01.02	Fornecedores	25.059	30.247
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.264.946	2.460.731
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	61.412	57.011
2.01.05	Outras Obrigações	688.329	689.807
2.01.05.02	Outros	688.329	689.807
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	8.393	6.638
2.01.05.02.06	Credores em Renegociação	679.936	683.169
2.02	Passivo Não Circulante	284.950	197.782
2.02.02	Outras Obrigações	160.279	75.752
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	51.525	51.525
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	51.525	51.525
2.02.02.02	Outros	108.754	24.227
2.02.02.02.03	Fornecedores	231	104
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais	106.242	21.842
2.02.02.02.10	Outras Contas a Pagar	2.281	2.281
2.02.03	Tributos Diferidos	27.742	27.927
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.742	27.927
2.02.04	Provisões	96.929	94.103
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	63.493	61.879
2.02.04.02	Outras Provisões	33.436	32.224
2.02.04.02.05	Provisão s/PL a Descoberto em Controladas	33.436	32.224
2.03	Patrimônio Líquido	-2.193.236	-2.308.237
2.03.01	Capital Social Realizado	21.945	21.945
2.03.04	Reservas de Lucros	4.389	4.389
2.03.04.01	Reserva Legal	4.389	4.389
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.307.052	-2.423.206
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	87.482	88.635

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	84.182	70.730
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-63.704	-54.618
3.03	Resultado Bruto	20.478	16.112
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	128.527	-19.570
3.04.01	Despesas com Vendas	-11.237	-9.546
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.875	-3.669
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.875	-3.669
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	456	18
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	143.385	-6.138
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-202	-235
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	149.005	-3.458
3.06	Resultado Financeiro	-33.553	-35.123
3.06.01	Receitas Financeiras	5.558	11.397
3.06.02	Despesas Financeiras	-39.111	-46.520
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	115.452	-38.581
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	185	185
3.08.02	Diferido	185	185
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	115.637	-38.396
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	115.637	-38.396
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	229,82	-76,31048
3.99.01.02	PN	229,82	-76,31048
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	229,82	-76,31048
3.99.02.02	PN	229,82	-76,31048

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	115.637	-38.396
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-636	222
4.02.01	Ajustes de Conversão de Controladas no Exterior	-636	222
4.03	Resultado Abrangente do Período	115.001	-38.174

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	520	797
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.871	4.275
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo no Exercício	115.637	-38.396
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	855	722
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	202	235
6.01.01.04	Provisões	64.043	7.201
6.01.01.05	Atualização Monetária de Ativos e Passivos	30.144	30.810
6.01.01.06	Variação Cambial de Investimentos no Exterior	16	-3
6.01.01.07	Outras Contas	651	463
6.01.01.08	Deságio (redução) Renegociação Dívida de ICMS	-213.025	0
6.01.01.09	Perda por Redução ao Valor Recuperável do Contas a Receber	348	-568
6.01.01.10	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	4.185	3.995
6.01.01.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-185	-184
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.351	-3.478
6.01.02.01	Variações Contas a Receber de Clientes	4.107	1.440
6.01.02.02	Variações Estoques	-4.727	-4.875
6.01.02.03	Variações Depósitos Judiciais	52	2.823
6.01.02.04	Outras Variações Ativas	-2.063	-1.897
6.01.02.05	Variações Fornecedores	-6.119	-7.090
6.01.02.06	Variações Tributos a Recolher	6.368	5.239
6.01.02.07	Outras Variações Passivas	31	882
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-864	-429
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-530	-427
6.02.02	Aquisição de Intangível	-334	-2
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	16	-420
6.03.01	Empréstimos Tomados	75.261	68.879
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos	-71.060	-65.304
6.03.03	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-4.185	-3.995
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-328	-52
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.309	194
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	981	142

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	21.945	90	4.389	-2.423.206	88.635	-2.308.147
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.945	90	4.389	-2.423.206	88.635	-2.308.147
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-6	0	0	0	-6
5.04.08	Variação na participação de Não controladores	0	-6	0	0	0	-6
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	116.154	-1.153	115.001
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	115.637	0	115.637
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	517	-1.153	-636
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-636	-636
5.05.02.06	Realização do custo atribuído ao imobilizado	0	0	0	719	-719	0
5.05.02.07	Realização do custo atribuído ao imobilizado-tributos	0	0	0	-202	202	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	21.945	84	4.389	-2.307.052	87.482	-2.193.152

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	21.945	0	4.389	-2.185.811	89.454	-2.070.023
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.945	0	4.389	-2.185.811	89.454	-2.070.023
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	19	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-38.291	117	-38.174
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-38.396	0	-38.396
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	105	117	222
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	222	222
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	0	0	0	159	-159	0
5.05.02.07	Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído	0	0	0	-54	54	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	412	-412	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	560	-560	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-148	148	0
5.07	Saldos Finais	21.945	19	4.389	-2.223.690	89.159	-2.108.197

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	107.321	90.362
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	106.516	90.909
7.01.02	Outras Receitas	457	21
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	348	-568
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	79.615	-62.034
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-46.780	-40.811
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.551	-15.366
7.02.04	Outros	143.946	-5.857
7.03	Valor Adicionado Bruto	186.936	28.328
7.04	Retenções	-1.122	-1.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-855	-722
7.04.02	Outras	-267	-278
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	185.814	27.328
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.356	11.162
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-202	-235
7.06.02	Receitas Financeiras	5.558	11.397
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	191.170	38.490
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	191.170	38.490
7.08.01	Pessoal	22.461	19.040
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.599	16.776
7.08.01.02	Benefícios	1.269	950
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.593	1.314
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.899	11.239
7.08.02.01	Federais	8.019	6.700
7.08.02.02	Estaduais	4.403	4.108
7.08.02.03	Municipais	477	431
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	40.173	46.607
7.08.03.01	Juros	39.454	45.939
7.08.03.02	Aluguéis	719	668
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	115.637	-38.396
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	115.637	-38.396

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	1.154.108	1.148.003
1.01	Ativo Circulante	144.502	143.183
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.054	1.691
1.01.03	Contas a Receber	72.550	76.282
1.01.03.01	Clientes	72.550	76.282
1.01.04	Estoques	65.626	61.223
1.01.06	Tributos a Recuperar	835	903
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	835	903
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.437	3.084
1.02	Ativo Não Circulante	1.009.606	1.004.820
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	837.394	831.996
1.02.01.07	Tributos Diferidos	319.207	319.207
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	319.207	319.207
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	518.187	512.789
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	1.191	1.204
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	24.997	24.758
1.02.01.10.05	Outros Créditos	6.145	6.152
1.02.01.10.06	Direitos Creditórios	485.854	480.675
1.02.02	Investimentos	4.882	4.882
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	4.882	4.882
1.02.03	Imobilizado	166.844	167.767
1.02.04	Intangível	486	175
1.02.04.01	Intangíveis	486	175
1.02.04.01.02	Intangíveis	486	175

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	1.154.108	1.148.003
2.01	Passivo Circulante	3.130.511	3.325.252
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.968	14.147
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	15.968	14.147
2.01.02	Fornecedores	25.065	30.302
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.346.241	2.532.723
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	61.412	57.011
2.01.05	Outras Obrigações	681.825	691.069
2.01.05.02	Outros	681.825	691.069
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	8.826	6.639
2.01.05.02.06	Credores em Renegociação	672.999	684.430
2.02	Passivo Não Circulante	216.749	130.898
2.02.02	Outras Obrigações	108.754	24.227
2.02.02.02	Outros	108.754	24.227
2.02.02.02.03	Fornecedores	231	104
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais	106.242	21.842
2.02.02.02.10	Outras Contas a Pagar	2.281	2.281
2.02.03	Tributos Diferidos	44.502	44.792
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	44.502	44.792
2.02.04	Provisões	63.493	61.879
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	63.493	61.879
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-2.193.152	-2.308.147
2.03.01	Capital Social Realizado	21.945	21.945
2.03.04	Reservas de Lucros	4.389	4.389
2.03.04.01	Reserva Legal	4.389	4.389
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.307.052	-2.423.206
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	87.482	88.635
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	84	90

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	84.378	70.887
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-64.093	-55.008
3.03	Resultado Bruto	20.285	15.879
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	129.543	-18.366
3.04.01	Despesas com Vendas	-11.636	-9.860
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.886	-3.679
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.886	-3.679
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	453	13
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	144.612	-4.840
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	149.828	-2.487
3.06	Resultado Financeiro	-34.481	-36.199
3.06.01	Receitas Financeiras	5.558	11.404
3.06.02	Despesas Financeiras	-40.039	-47.603
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	115.347	-38.686
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	290	290
3.08.02	Diferido	290	290
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	115.637	-38.396
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	115.637	-38.396
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	115.637	-38.396
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0	-76,31048
3.99.01.02	PN	0	-76,31048
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0	-76,31048
3.99.02.02	PN	0	-76,31048

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	115.637	-38.396
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-642	224
4.02.01	Ajustes de conversão de Controladas no Exterior	-636	222
4.02.02	Outros Resultados Abrangentes	-6	2
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	114.995	-38.172
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	114.995	-38.172

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	223	699
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.612	4.079
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo no Exercício	115.637	-38.396
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.214	1.085
6.01.01.04	Provisões	62.681	5.837
6.01.01.05	Atualizações Monetárias de Ativos e Passivos	31.044	31.843
6.01.01.06	Variação Cambial de Investimento no Exterior	58	0
6.01.01.07	Outras Contas	655	467
6.01.01.08	Deságio (redução) Renegociação Dívida de ICMS	-213.025	0
6.01.01.09	Perda por Redução ao Valor Recuperável do Contas a Receber	348	-568
6.01.01.10	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	4.185	3.995
6.01.01.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-185	-184
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.389	-3.380
6.01.02.01	Variações Contas a Receber Clientes	4.081	1.527
6.01.02.02	Variações Estoques	-4.707	-4.851
6.01.02.03	Variações Depósitos Judiciais	52	2.823
6.01.02.04	Outras Variações Ativas	-2.036	-1.879
6.01.02.05	Variações Fornecedores	-6.128	-7.092
6.01.02.06	Variações Tributos a Recolher	6.352	5.213
6.01.02.07	Outras Variações Passivas	-3	879
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-876	-439
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-542	-437
6.02.02	Aquisição de Intangível	-334	-2
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	16	-418
6.03.01	Empréstimos Tomados	75.261	68.881
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos	-71.060	-65.304
6.03.03	Pagamento de Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	-4.185	-3.995
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-637	-158
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.691	314
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.054	156

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	21.945	0	4.389	-2.423.206	88.635	-2.308.237	90	-2.308.147
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.945	0	4.389	-2.423.206	88.635	-2.308.237	90	-2.308.147
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	116.154	-1.153	115.001	-6	114.995
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	115.637	0	115.637	0	115.637
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	517	-1.153	-636	-6	-642
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-636	-636	0	-636
5.05.02.06	Realização do custo atribuído ao imobilizado	0	0	0	719	-719	0	0	0
5.05.02.07	Realização do custo atribuído ao imobilizado-tributos	0	0	0	-202	202	0	0	0
5.05.02.08	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	-6	-6
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	21.945	0	4.389	-2.307.052	87.482	-2.193.236	84	-2.193.152

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	21.945	0	4.389	-2.185.811	89.454	-2.070.023	71	-2.069.952
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.945	0	4.389	-2.185.811	89.454	-2.070.023	71	-2.069.952
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-38.291	117	-38.174	2	-38.172
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-38.396	0	-38.396	0	-38.396
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	105	117	222	2	224
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	222	222	0	222
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	0	0	0	159	-159	0	0	0
5.05.02.07	Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído	0	0	0	-54	54	0	0	0
5.05.02.08	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	2	2
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	412	-412	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	560	-560	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-148	148	0	0	0
5.07	Saldos Finais	21.945	0	4.389	-2.223.690	89.159	-2.108.197	73	-2.108.124

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	107.585	90.573
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	106.779	91.118
7.01.02	Outras Receitas	458	23
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	348	-568
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	80.719	-60.831
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-46.814	-40.844
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.660	-15.431
7.02.04	Outros	145.193	-4.556
7.03	Valor Adicionado Bruto	188.304	29.742
7.04	Retenções	-1.481	-1.364
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.214	-1.085
7.04.02	Outras	-267	-279
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	186.823	28.378
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.558	11.404
7.06.02	Receitas Financeiras	5.558	11.404
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	192.381	39.782
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	192.381	39.782
7.08.01	Pessoal	22.700	19.239
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.816	16.958
7.08.01.02	Benefícios	1.273	953
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.611	1.328
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.929	11.239
7.08.02.01	Federais	7.762	6.470
7.08.02.02	Estaduais	4.682	4.331
7.08.02.03	Municipais	485	438
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	41.115	47.700
7.08.03.01	Juros	40.382	47.019
7.08.03.02	Aluguéis	733	681
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	115.637	-38.396
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	115.637	-38.396

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Informações Trimestrais (ITR) – período findo em 31 de março de 2025

TEKA – TECELAGEM KUEHNRIICH S.A. – Em Recuperação Judicial

Mensagem aos acionistas

O período de 1º de janeiro a 31 de março de 2025 transcorreu integralmente sob a condução da gestão judicial da Companhia, antes da posse da nova Administração estatutária, ocorrida em 18 de junho de 2025. Em razão disso, nenhuma das medidas estruturantes de reorganização da Companhia – à exceção da homologação da transação tributária do ICMS no Estado de São Paulo, obtida em 31 de janeiro de 2025 – foi promovida pela gestão estatutária no trimestre.

Em 5 de fevereiro de 2025, a Administração Judicial então em exercício requereu a conversão da Recuperação Judicial em falência continuada, pedido acolhido pelo juízo recuperacional. Em 20 de março de 2025, o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina suspendeu todos os efeitos da decretação da falência, assegurando a continuidade da Recuperação Judicial e das operações da Companhia. A decisão de primeira instância gerou efeitos adversos relevantes, dentre os quais o cancelamento da negociação das ações da Companhia na B3.

Ao longo do trimestre, os Conselhos de Administração e Fiscal eleitos em 30 de dezembro de 2024 atuaram em caráter exclusivamente fiscalizatório, sem exercer plenamente suas atribuições executivas, em razão de decisões judiciais que delimitaram sua atuação até a destituição da gestão judicial.

Desempenho financeiro

O resultado do trimestre findo em 31 de março de 2025 foi positivo em R\$ 115.637 mil (lucro por ação básico e diluído de R\$ 229,82), substancialmente explicado pelos efeitos contábeis da transação tributária do ICMS-SP, que reduziu o passivo tributário em aproximadamente R\$ 214 milhões.

Indicador (R\$ mil)	31/03/2025	31/12/2024
Lucro atribuível aos acionistas	115.637	146.796
Lucro por ação – básico e diluído (R\$)	229,82	291,75
Tributos parcelados – ICMS (saldo total)	106.861	15.242
Patrimônio líquido (consolidado)	(2.193.152)	(2.308.147)

O incremento no saldo de ICMS parcelado reflete a inclusão do passivo do Estado de São Paulo no programa de transação homologado em 31/01/2025, com prazo de 145 meses. A redução do patrimônio líquido negativo (de R\$ 2.308,1 milhões para R\$ 2.193,1 milhões) decorre integralmente do resultado positivo do trimestre, sem qualquer movimentação adicional de capital.

Eventos relevantes do trimestre

Janeiro de 2025 – Homologação da transação do ICMS junto ao Estado de São Paulo, com redução aproximada de R\$ 214 milhões no passivo tributário e adesão ao regime de incentivo fiscal estadual.

Fevereiro de 2025 – Em 17 de fevereiro a Companhia foi novamente reconhecida na 14ª edição do Troféu Melhores Fornecedores da Hotelaria como Fornecedor Destaque na categoria Enxoval de Cama e Banho. Em 27 de fevereiro, a Administração Judicial requereu a convalidação da Recuperação Judicial em falência continuada, pedido acolhido em primeira instância.

Comentário do Desempenho

Março de 2025 – Em 20 de março, o TJ-SC suspendeu integralmente os efeitos da decretação da falência, assegurando a continuidade da Recuperação Judicial. A negociação das ações TEKA3 e TEKA4 na B3 foi cancelada como consequência da decisão de primeira instância.

Continuidade operacional

Apesar do contexto de gestão judicial e dos efeitos adversos da decisão de convolação em falência (posteriormente revertida), a Companhia manteve suas operações em continuidade ao longo de todo o trimestre. As duas unidades fabris (Blumenau/SC e Artur Nogueira/SP) operaram normalmente e atenderam os clientes do segmento institucional/hotelaria e da Linha Lar.

Auditor independente

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/2022, a Companhia informa que, no período findo em 31 de março de 2025, foram contratados em 29 de agosto de 2025 serviços adicionais aos de auditoria independente junto à Forvis Mazars Auditores Independentes – Sociedade Simples Ltda.

Eventos subsequentes ao trimestre

Para informações completas sobre os eventos ocorridos após 31/03/2025 – em especial a posse da nova Administração estatutária em 18/06/2025, a regularização de salários pendentes desde 2013 em julho/2025, o protocolo da Transação Tributária Excepcional Individual junto à PGFN em setembro/2025 e a homologação da nomeação da Grant Thornton para auditoria de 60 meses – consultar a Nota Explicativa correspondente das ITR de 31/03/2025

Sobre a Teka

Fundada em 1926 em Blumenau-SC, a Teka é uma das maiores fabricantes têxteis do Brasil e referência em qualidade e tradição. A companhia atua nos segmentos de cama, mesa, banho e hotelaria, contando com duas unidades produtivas localizadas em Blumenau - SC e Artur Nogueira - SP.

A Teka mantém presença comercial em todo o território brasileiro e exporta de forma representativa para a América Latina, além de estar presente em mercados da América Central, América do Norte, Europa e África, reforçando sua marca e competitividade no cenário internacional.

A companhia encontra-se em processo de transformação de gestão e governança, estruturando uma nova fase de desenvolvimento sustentável e de valorização de sua marca no setor têxtil.

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional e recuperação judicial

A Teka – Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial (“Companhia” ou “Teka”) é uma sociedade anônima registrada como companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com 99 anos de atuação no setor têxtil. A Companhia possui produção verticalizada, abrangendo todas as etapas do processo fabril, e concentra suas atividades na fabricação e comercialização de artigos de cama, mesa e banho, em unidades fabris localizadas em Blumenau (SC) e Artur Nogueira (SP).

A Companhia encontra-se em processo de recuperação judicial desde 26 de outubro de 2012, sob nº 0023674-23.2012.8.24.0008, atualmente em trâmite na Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Jaraguá do Sul (SC). O plano aprovado em Assembleia Geral de Credores em 2013 não teve execução integral, e desde 2018 a administração da Companhia esteve sob condução de gestoras judiciais nomeadas pelo juízo, em substituição aos acionistas da família Kuehnrich. Em 5 de fevereiro de 2025, o administrador judicial protocolou pedido de convalidação da recuperação em falência, inicialmente acolhido em primeira instância. Tal decisão ensejou o cancelamento da negociação das ações da Companhia na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. Conforme divulgado na nota explicativa nº 27, em 9 de junho de 2026, o julgamento foi concluído julgamento pela 2ª Câmara de Direito Comercial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (“TJSC”), afastando definitivamente o decreto de falência anteriormente proferido em primeira instância

Na sequência, em 18 de junho de 2025, a nova Diretoria eleita pelos acionistas tomou posse efetiva, recompondo a governança corporativa onde foi estruturado um novo Plano de Recuperação Judicial. Este novo Plano aguarda a apreciação por parte do Juiz para que em sequência seja submetida aos credores. A previsão do julgamento e assembleia para submissão aos credores é para que ocorra no terceiro trimestre de 2026.

Revisitados os registros contábeis de 31 de dezembro de 2024, os créditos concursais e extraconcursais passaram a ser apresentados com base em seus valores originais, ajustados por habilitações e impugnações transitadas em julgado, deduzidos os pagamentos já efetivados. Esses saldos servirão de base para a formulação do novo plano.

Apesar do cancelamento da listagem na B3, a Companhia mantém regularmente seu registro de companhia aberta junto à CVM, assegurando a divulgação transparente de suas informações financeiras e societárias.

Nos registros contábeis de 31 de dezembro de 2024, os créditos concursais e extraconcursais estão demonstrados pelos valores originais, ajustados conforme habilitações e impugnações judiciais transitadas em julgado, deduzidos dos pagamentos já efetuados. Os saldos remanescentes vinculados ao processo de recuperação judicial — incluindo credores quirografários, com garantia real e extraconcursais em fase de renegociação — estão agrupados na conta “Credores em renegociação” no passivo circulante. Os efeitos de ajustes correspondentes foram reconhecidos em 2023.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Trabalhistas	75.751	75.722	76.166	76.137
Concursais e garantia real	577.883	581.667	570.531	582.511
Partes relacionadas	26.302	25.780	26.303	25.782
Credores em renegociação	679.936	683.169	672.999	684.430

i. Trabalhistas – R\$ 75.751

Os passivos trabalhistas foram apurados com base em relatórios elaborados pelos assessores jurídicos, refletindo a natureza das ações e a probabilidade de êxito. Quando a Administração estatutária reassumiu a Companhia em 18 de junho de 2025, identificou inconsistências relevantes na contabilização dos créditos trabalhistas, o que levou à intensificação dos esforços de mapeamento e quantificação do passivo, com a consequente adequação

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

das provisões. Essa rubrica engloba créditos concursais e extraconcursais de natureza trabalhista, resultantes principalmente de ações judiciais em curso, verbas rescisórias e diferenças salariais. Para fins de tratamento processual e de negociação, esses valores foram consolidados em um único grupo, considerando que a Companhia está em tratativas para centralizar perante a Justiça do Trabalho de Santa Catarina a definição e quitação desses débitos. A estratégia da Administração prevê a utilização de bens imóveis previamente identificados como não essenciais às operações, de forma a realizar a alienação controlada e a quitação unificada dessas obrigações, garantindo maior segurança jurídica e previsibilidade no fluxo de pagamentos.

ii. Quirografários e garantia real – R\$ 577.883

Os saldos de credores concursais, abrangendo quirografários e com garantia real, estão apresentados com base nos valores constantes do Quadro Geral de Credores (QGC), acrescidos das habilitações protocoladas e deduzidos das impugnações e pagamentos já homologados. Já os credores extraconcursais — correspondentes a dívidas assumidas após a concessão da recuperação judicial — estão demonstrados pelo valor original devido, encontrando-se em processo de renegociação individual com cada contraparte. Esses passivos envolvem, em sua maioria, fornecedores estratégicos e instituições financeiras já contemplados no QGC, mas com novos créditos gerados após a concessão. No contexto do novo plano de recuperação judicial em elaboração, a Companhia conduz tratativas simultâneas com ambos os grupos de credores. As negociações incluem a aplicação de deságios, a revisão de créditos ainda não homologados e a padronização de condições e prazos, de modo a integrar a gestão dos passivos concursais e extraconcursais. Essa abordagem visa adequar o perfil da dívida à capacidade de geração de caixa projetada, assegurando a sustentabilidade operacional e o cumprimento das obrigações no âmbito do novo plano.

iii. Partes relacionadas – R\$ 26.302

Referem-se a créditos declarados por empresas do mesmo grupo econômico. Em conformidade com a legislação aplicável à recuperação judicial, tais créditos não conferem direito de voto em assembleia geral de credores, tampouco representam exigibilidade financeira efetiva perante a Companhia. A nova administração adotará o procedimento formal de impugnação desses valores, assegurando que, após a homologação judicial e a aprovação do novo plano, não haverá desembolsos adicionais relativos a esse grupo.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias**Declaração de conformidade**

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas (descritas apenas como “informações contábeis intermediárias”) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) - “Demonstração Intermediária” e a IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board” – IASB. Nesse contexto, foram observadas as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas contábeis IFRS (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 12 de junho de 2026.

Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de das informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de escolha e aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações contábeis intermediárias, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. Principais políticas contábeis**3.1 Base de consolidação**

As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2025.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo Pronunciamento Contábil CPC 36 - Demonstrações Consolidadas.

A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem aos seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.

As informações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, incluindo a eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação, a eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades e a eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.

Reconhecimento de prejuízos de empresas controladas atribuíveis à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. A estrutura de consolidação permaneceu inalterada em 31 de março de 2025, sem modificações nas participações societárias.

<u>Controlada</u>	<u>País</u>	<u>Participação % Direta</u>	<u>Participação % Indireta</u>
Teka Têxtil S.A.	Brasil	–	99,99
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	90,00	–
Cerro Azul Parte Adm. Ltda.	Brasil	99,99	–
Teka Paraguay	Paraguai	99,00	–
Teka Europalager	Alemanha	100,00	–
Teka Investimentos Ltda.	Brasil	–	99,99
FB Indústria e Comércio Têxtil	Brasil	–	99,99
Salema Holding Gmbh	Áustria	100,00	–

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***3.2 Moeda funcional**

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real considerando a relevância do volume e valor das transações realizadas no mercado brasileiro. As transações realizadas em moeda estrangeira são registradas inicialmente pela taxa de câmbio vigente na data de cada operação. Na data de encerramento do balanço, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real) pela taxa de câmbio da data, sendo os efeitos de variação cambial reconhecidos diretamente no resultado do período. Os itens não monetários, quando mensurados ao custo histórico, permanecem convertidos pela taxa da data da transação; quando avaliados a valor justo, utilizam a taxa da data da mensuração correspondente. Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real pelas taxas de câmbio apuradas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias, enquanto receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias do período. As diferenças decorrentes desse processo de conversão, incluindo os efeitos sobre investimentos no exterior, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido, em “ajustes acumulados de conversão”.

3.3 Instrumentos financeiros**a. Reconhecimento, mensuração e classificação****(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros, como equivalentes de caixa, fornecedores, mútuos são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado, pois em geral, são mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais e têm datas específicas para o recebimento do principal e/ou juros sobre o valor em aberto. A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Habitualmente os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos, quando existentes, são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros da Companhia mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos compreendem o caixa e equivalente de caixa e as contas a receber.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros – A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro para um terceiro, deixando de reter o controle sobre o ativo financeiro. Se os riscos e benefícios dos ativos financeiros não são transferidos, os ativos não são desreconhecidos.

Passivos financeiros – A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando a Companhia tenha o direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos no período corrente.

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***b. Redução ao valor recuperável (impairment)****(i) Ativos financeiros não derivativos****Instrumentos financeiros e ativos contratuais**

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e, quando aplicável, a ativos de contrato. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e disponíveis, informações e análises quantitativas e qualitativas e com base na experiência histórica da Companhia.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

A Companhia monitora constantemente o saldo de recebíveis e suas estimativas de inadimplência, considerando o conceito de perda incorrida e perda esperada, considerando as informações disponíveis, qualitativas e quantitativas, e o histórico daquele cliente, e quando identificado a alteração no risco de crédito quando do reconhecimento inicial do instrumento, constitui-se a provisão para perda de crédito esperada. A despesa com a constituição da perda estimada é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais".

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa compreendem numerário disponível e depósitos bancários à vista, em moeda nacional e estrangeira, que podem ser prontamente utilizados para o atendimento das necessidades operacionais da Companhia. Também são considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, conversíveis em montante conhecido de caixa e com vencimento original de até três meses, desde a data da aplicação, desde que apresentem risco insignificante de mudança de valor.

3.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber são reconhecidas quando ocorre a transferência do controle dos produtos ao cliente, em alinhamento ao reconhecimento da receita conforme o CPC 47. Os valores são registrados pelo montante contratual da transação, incluindo os impostos incidentes sobre as vendas e deduzidos de provisões para devoluções e ajustes comerciais. Os recebimentos concentram-se no curto prazo, com prazos usuais de 30 a 60 dias. Os saldos podem incluir operações de exportação, sendo eventuais valores em moeda estrangeira mensurados conforme a política de conversão de moeda apresentada na nota específica.

3.6 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários não circulantes são registrados ao valor presente. Para os ativos e passivos monetários circulantes, a Companhia avalia a necessidade de constituição de ajuste a valor presente considerando os fluxos de caixa contratuais e as taxas de juros explícitas ou implícitas das transações. Com base nas análises realizadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que, nas informações contábeis intermediárias apresentadas, não há efeito relevante decorrente de ajuste a valor presente, razão pela qual não foi efetuado registro contábil a esse título.

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.7 Estoques

A Companhia mantém estoques compostos por matérias-primas utilizadas no processo produtivo, incluindo algodão, fios, produtos químicos e materiais de embalagem; por produtos em elaboração, em razão do ciclo contínuo de produção e do tempo necessário de processamento; e por produtos acabados, mantidos em suas duas unidades fabris tanto para atendimento de pedidos já recebidos quanto para disponibilização de coleções ao mercado. Os estoques importados em trânsito são reconhecidos a partir da data de despacho pelo fornecedor.

Os estoques são mensurados ao custo médio de aquisição ou produção e ajustados, quando aplicável, ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização. O custo dos produtos em elaboração e acabados compreende matérias-primas, mão de obra direta e custos indiretos de fabricação apropriados com base na ocupação normal da capacidade. O valor realizável líquido corresponde ao preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos de conclusão e de comercialização. Provisões são constituídas pela Administração sempre que identificados estoques de baixo giro, obsoletos ou cujo valor contábil supere o valor realizável líquido, em conformidade com as práticas contábeis adotadas.

3.8 Investimento em controladas

As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas a partir da data em que se estabelece o controle pela Companhia e permanecem até a data em que esse controle deixa de existir. Nas informações contábeis intermediárias individuais da controladora, os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, em conformidade com o CPC 18 (R2).

Pelo método da equivalência patrimonial, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição e ajustados pelo reconhecimento da participação da Companhia nos resultados das controladas após a data da aquisição. A demonstração do resultado reflete a parcela que corresponde à Companhia nos lucros ou prejuízos das controladas, e a demonstração das mutações do patrimônio líquido inclui a parcela proporcional da Companhia em variações diretamente reconhecidas no patrimônio líquido das controladas.

Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e suas controladas são eliminados na proporção da participação mantida. Após a aplicação da equivalência patrimonial, a Companhia avalia a necessidade de reconhecer perdas adicionais por redução ao valor recuperável de seus investimentos, quando houver evidência objetiva de que o valor contábil excede o valor recuperável.

As políticas contábeis aplicadas pelas controladas são uniformizadas em relação às práticas adotadas pela Companhia, garantindo consistência na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas.

3.9 Imobilizado**Reconhecimento e mensuração**

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, quando aplicável, incluindo gastos diretamente atribuíveis à sua instalação e preparação para uso, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia revisa periodicamente as estimativas de vida útil econômica, valores residuais e métodos de depreciação, em conformidade com o CPC 27 (Ativo Imobilizado).

Custos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que gerem benefícios econômicos futuros associados ao ativo e que possam ser mensurados de forma confiável. Substituições ou manutenções relevantes são reconhecidas no valor contábil do imobilizado, enquanto reparos e manutenções de natureza recorrente são reconhecidos como despesa no resultado quando incorridos. Quando um item ou parte significativa do imobilizado é substituído, o valor contábil do componente substituído é baixado. Ganhos ou perdas decorrentes da alienação ou baixa de ativos são reconhecidos no resultado no momento da transação.

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, sobre o custo dos ativos deduzido de seus valores residuais, considerando as vidas úteis econômicas estimadas de cada item ou de seus componentes significativos, quando aplicável. Esse método reflete de maneira consistente o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Ativos controlados pela Companhia sob contratos de arrendamento são depreciados ao longo do prazo de vigência do contrato ou da vida útil econômica do bem, prevalecendo o menor desses períodos.

3.10 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia e de suas controladas são compostos principalmente por direitos de uso, softwares e custos de implantação de sistemas ERP. Esses ativos são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou implementação e apresentados pelo custo deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, em conformidade com o CPC 04 (R1).

Por apresentarem vida útil definida, os intangíveis são amortizados pelo método linear em prazo médio de cinco anos, com encargos reconhecidos na demonstração do resultado nas categorias de despesa relacionadas à sua utilização. A Administração revisa periodicamente a vida útil, o método de amortização e a existência de indícios de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas decorrentes de alienações ou baixas são reconhecidos no resultado no momento da baixa.

3.11 Redução ao valor recuperável impairment

A Companhia adota como procedimento revisar periodicamente os saldos de imobilizado e intangível para avaliar a existência de indícios de perda por redução ao valor recuperável, em conformidade com o CPC 01. Esses testes são realizados, no mínimo, anualmente ou sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa possa não ser recuperado com base nos fluxos de caixa futuros.

Considerando que a Companhia apresenta atualmente prejuízos e geração de caixa negativa, os testes de recuperabilidade são elaborados com base em projeções que refletem as perspectivas de continuidade e o potencial de reestruturação operacional e financeira em curso, conduzido pela nova gestão estatutária eleita em dezembro de 2024. A Administração entende que a efetiva implementação do plano de recuperação e das medidas em andamento sustentam a premissa de continuidade operacional, de forma que os ativos registrados permanecem recuperáveis no longo prazo.

3.12 Provisões

A Companhia reconhece provisões quando possui uma obrigação legal, contratual ou não formalizada decorrente de eventos passados, cuja liquidação provavelmente demandará a saída de recursos e para a qual seja possível realizar uma estimativa confiável do valor envolvido, em conformidade com o CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). As provisões são registradas pelo valor estimado da obrigação na data do balanço, atualizadas até o encerramento das informações contábeis intermediárias, e revisadas periodicamente à luz da evolução processual e de novas informações. Eventuais ativos relacionados a reembolsos considerados praticamente certos são reconhecidos separadamente, líquidos do valor da provisão correspondente.

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo matérias tributárias, cíveis e trabalhistas. As provisões para riscos dessas naturezas são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis, conforme avaliação da Administração apoiada em pareceres técnicos de assessores jurídicos internos e externos. Na análise da probabilidade de perda, são considerados a legislação aplicável, precedentes administrativos e judiciais, decisões mais recentes em instâncias superiores e a jurisprudência dominante.

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões constituídas refletem obrigações para as quais a Administração, com base em orientação jurídica, entende que existe probabilidade de saída de recursos. Situações classificadas como de perda possível ou remota não são provisionadas, mas são divulgadas em nota explicativa, quando relevantes. A movimentação das provisões por natureza (tributária, cível e trabalhista), incluindo saldos iniciais, constituições, reversões, atualizações e saldos finais, encontra-se detalhada em nota específica.

3.13 Imposto de renda e contribuição social

Os saldos registrados pela Companhia referem-se a ativos e passivos fiscais diferidos, originados de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Os ativos fiscais diferidos decorrem principalmente de prejuízos fiscais acumulados, bases negativas de contribuição social e outras diferenças temporárias dedutíveis. Esses créditos foram reconhecidos com base em estudo técnico de recuperabilidade elaborado pela Administração, considerando tanto a perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros no contexto do plano de reestruturação quanto a utilização no âmbito da transação tributária excepcional e individual negociada, em evento subsequente ao término do exercício social encerrado em 31 de março de 2025, pela nova Administração da Companhia, e devidamente protocolada junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em 22 de setembro de 2025. Sob essa premissa, foi registrado o montante integral dos ativos fiscais diferidos em dezembro de 2024, com expectativa de realização total no processo de negociação em curso, não se prevendo saldo remanescente após a homologação da transação.

Os passivos fiscais diferidos, por sua vez, referem-se principalmente aos efeitos de mais valia de custo atribuído de ativo imobilizado realizadas em exercícios anteriores. Esses saldos são apropriados ao resultado de forma sistemática, em consonância com a depreciação dos bens correspondentes, de modo que a realização ocorre gradualmente ao longo da vida útil dos ativos.

Os valores de impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas vigentes na data de encerramento das informações contábeis intermediárias. A Administração revisa periodicamente o valor contábil dos impostos diferidos, ativos e passivos, ajustando-os sempre que necessário para refletir a melhor estimativa de sua realização. Os saldos são apresentados líquidos, sempre que houver direito legal de compensação e quando se refiram à mesma entidade legal e à mesma autoridade tributária.

3.14 Impostos sobre as vendas

As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto quando tais tributos não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, caso em que integram o custo do ativo ou da despesa correspondente. Os valores a recuperar ou a recolher são apresentados no balanço patrimonial como parte de contas a receber ou de obrigações a pagar.

A Companhia está sujeita à incidência dos seguintes tributos sobre suas operações:

ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços): incide sobre a maior parte das operações de venda, com alíquotas variando de 7% a 18%. Nas operações interestaduais aplicam-se alíquotas de 7% ou 12%, conforme a UF de destino. Nas operações internas, a alíquota é de 17% em Santa Catarina e 18% em São Paulo. As exportações são beneficiadas por imunidade constitucional, e as vendas destinadas à Zona Franca de Manaus contam com incentivos fiscais específicos.

PIS/COFINS: calculados no regime não cumulativo, à alíquota conjunta de 9,25% sobre a receita bruta tributável (1,65% de PIS e 7,6% de COFINS).

CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta): em substituição à contribuição patronal sobre a folha de salários, a Companhia recolhe a CPRB sobre a receita bruta, à alíquota de 2,5%, conforme legislação vigente para o setor têxtil. A contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB) do setor têxtil seguirá alíquotas

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

decrecentes até sua extinção em 2028, quando a tributação retornará integralmente para a folha de salários. As alíquotas aplicáveis são: 2025: 2,0%, 2026: 1,5%, 2027: 1,0%, deixando de incidir a partir de 2028.

Nas demonstrações do resultado, a receita é apresentada líquida dos tributos incidentes sobre as vendas, em conformidade com o CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente).

3.15 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar a fornecedores representam obrigações assumidas pela Companhia na aquisição de matérias-primas, fios, químicos, embalagens e demais insumos necessários ao processo produtivo, além de bens e serviços contratados no curso normal das operações. Os prazos de pagamento concentram-se substancialmente entre 30 e 90 dias, conforme condições negociadas. A Companhia também realiza importações de determinados produtos destinados à composição de seu mix, cujas obrigações seguem os prazos estabelecidos nos contratos de compra internacionais. Essas obrigações são integralmente classificadas no passivo circulante, uma vez que seus vencimentos ocorrem dentro do ciclo operacional da Companhia.

3.16 Empréstimos e financiamentos

As obrigações financeiras da Companhia referem-se substancialmente a operações de antecipação de recebíveis. Esses passivos são reconhecidos pelo valor dos recursos recebidos e ajustados periodicamente pelos encargos financeiros contratados.

Os encargos financeiros são apropriados mensalmente ao resultado, pelo regime de competência, até a liquidação das operações. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de liquidação ou baixa antecipada dos passivos são reconhecidos na demonstração do resultado na data em que ocorrerem, embora tais situações não representem prática usual da Companhia.

3.17 Capital social

O capital social é composto por ações 100% integralizadas.

3.18 Resultado por ação

O resultado por ação é apurado dividindo-se o resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o período. Como a Companhia não possui instrumentos potenciais dilutivos, o resultado básico e o resultado diluído por ação são idênticos.

3.19 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização no curso normal das operações. Os passivos são apresentados pelos valores conhecidos ou estimáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias devidos até a data do balanço.

3.20 Reconhecimento de receitas, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência, sendo apropriados ao período a que se referem.

A receita de vendas corresponde ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. É apresentada líquida de impostos incidentes sobre vendas, devoluções, abatimentos, descontos comerciais e após a eliminação das operações realizadas entre empresas do grupo.

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O reconhecimento da receita ocorre quando a Companhia transfere ao cliente o controle dos produtos, normalmente no momento da entrega e da transferência da posse, ocasião em que são considerados transferidos os riscos e benefícios significativos. Nessa etapa, a receita é considerada mensurável de forma confiável e a entrada de benefícios econômicos futuros é considerada provável.

Para fins de mensuração e reconhecimento, a Companhia utiliza práticas consolidadas baseadas em resultados históricos e no perfil de seus clientes e operações, considerando o tipo de transação e as condições contratuais de cada venda.

3.20 Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada pelo método indireto, em conformidade com o CPC 03 (R2), iniciando-se pelo resultado do exercício e ajustando-se os efeitos de transações que não envolvem caixa, variações nos ativos e passivos operacionais e outros itens de natureza não operacional. Os fluxos são apresentados em três grupos: atividades operacionais, que refletem as variações líquidas relacionadas ao capital de giro e demais itens da operação; atividades de investimento, relacionadas principalmente à aquisição e alienação de ativos imobilizados e intangíveis; e atividades de financiamento, que incluem os recursos provenientes de empréstimos e antecipações de recebíveis, bem como os pagamentos de encargos financeiros. O caixa considerado corresponde às disponibilidades mantidas em espécie e em contas correntes bancárias, conforme descrito na nota explicativa de caixa e equivalentes de caixa.

3.21 Demonstrações do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), em bases individual e consolidada, é apresentada em conformidade com a legislação societária brasileira e com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, como parte integrante das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As normas internacionais de contabilidade (IFRS) não exigem sua apresentação, razão pela qual a DVA é incluída apenas como informação suplementar às informações contábeis intermediárias.

3.22. Adoção dos novos requisitos, normas, alterações e interpretações

Os requisitos, normas, alterações, orientações e interpretações que entraram em vigor para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2025, foram:

Alteração à IAS 21/CPC 02 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade – Falta de permutabilidade:

Estabelece orientações específicas para a mensuração e divulgação de transações e saldos em moeda estrangeira quando não há taxa de câmbio observável em razão da falta de permutabilidade entre moedas, definindo critérios para estimativa da taxa de câmbio aplicável nessas circunstâncias; e,

IFRS S1/CBPS 01 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade:

Estabelece os requisitos para a divulgação de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, no curto, médio e longo prazo, que possam afetar os fluxos de caixa, o acesso a financiamento e o custo de capital da entidade. A Companhia utilizará o alívio de adoção inicial previsto no Apêndice C da CBPS 01 – Disposições Transitórias e divulgará as informações em conformidade com a norma a partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2027.

IFRS S2/CBPS 02 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima:

Estabelece os requisitos para a divulgação de riscos e oportunidades relacionadas ao clima e que impactam materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. O principal impacto previsto para tal adoção é a conexão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima já divulgados ao mercado por meio de outros relatórios com as demonstrações financeiras e suas respectivas projeções. A adoção datará do exercício iniciado

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

em 01 de janeiro de 2026, e a Companhia encontra-se em estágio intermediário de implementação do referido pronunciamento.

Alterações no IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros e IFRS 7 / CPC 40 – Evidenciação -Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros:

Introduzem esclarecimentos específicos sobre a avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais e sobre o desreconhecimento de passivos financeiros, além de ampliar os requisitos de divulgação aplicáveis a determinados instrumentos financeiros.

IFRS 18/CPC 51 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras:

Estabelece novos requisitos para a apresentação e divulgação da Demonstração do Resultado, substituindo os atuais requisitos de apresentação previstos no IAS 1. A norma introduz princípios aprimorados de agregação, desagregação e classificação das informações, além de exigir a divulgação, em nota explicativa, de medidas de desempenho definidas pela administração que atendam aos critérios estabelecidos, com o objetivo de aumentar a comparabilidade e a transparência das demonstrações financeiras. Com base nas análises realizadas até o momento, a Companhia estima que os principais impactos potenciais estejam relacionados à apresentação do resultado, a possíveis reflexos na Demonstração do Fluxo de Caixa e à ampliação das divulgações em nota explicativa, incluindo a conciliação de medidas como o EBITDA ajustado. A adoção ocorrerá para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2027, e a Companhia já iniciou o projeto de implementação da norma.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:

Estabelece um conjunto de requisitos de divulgação reduzidos aplicável a subsidiárias elegíveis que não possuem responsabilidade pública, mantendo a aplicação integral dos demais requisitos de reconhecimento e mensuração previstos nas Normas IFRS. A Companhia adotará a norma no exercício iniciado em 01 de janeiro de 2027, conforme previsto em normativo aplicável.

Não foram identificados outros impactos que não os acima mencionados no que tange o reconhecimento, mensuração e divulgação contábeis da Companhia na data-base e nos exercícios subsequentes.

3.23 Reforma tributária

A Emenda Constitucional 132 introduziu profundas mudanças no sistema tributário nacional, com um período de transição longo, compreendido entre os anos de 2026 e 2032. A Companhia reconhece sua complexidade e está comprometida em envidar todos os esforços necessários para assegurar sua plena adequação às disposições estabelecidas. Neste contexto, a administração monitora ativamente os desdobramentos da reforma tributária, avaliando potenciais impactos sobre a operação e os resultados financeiros da Companhia. Não há qualquer efeito da Reforma Tributária reconhecida nas Informações Contábeis Intermediárias de 31 de março de 2025.

4. Julgamento e uso de estimativas contábeis críticas

A preparação das informações contábeis intermediárias requer que a Administração exerça julgamentos, elabore estimativas e adote premissas que afetam os valores de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de passivos contingentes na data-base. Essas estimativas refletem condições atuais, experiência acumulada e expectativas razoáveis de continuidade operacional e de reestruturação. Alterações nas premissas podem gerar efeitos relevantes em períodos futuros, tratados como mudanças de estimativas contábeis.

Perdas esperadas em contas a receber

Constituídas em montante suficiente para cobrir perdas prováveis. A Companhia analisa a carteira por cliente, prazo de vencimento e histórico de adimplência. Os prazos de recebimento concentram-se substancialmente entre 30 e 60 dias, e a provisão é ajustada sempre que há indícios de deterioração de crédito.

Estoques

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Avaliados ao custo médio e comparados ao valor realizável líquido. São constituídas provisões para itens de baixo giro ou obsoletos, considerando volumes, margens de contribuição e condições de mercado, inclusive variações internacionais de matérias-primas como algodão e poliéster.

Provisões e contingências

Reconhecidas quando há obrigação presente e provável saída de recursos, mensuradas com base em pareceres jurídicos. Processos classificados como perda possível são apenas divulgados em nota explicativa, sem registro contábil.

Imobilizado e intangível

A definição da vida útil, valores residuais e testes de recuperabilidade (CPC 01) requerem julgamentos sobre capacidade de produção, modernização tecnológica e condições de mercado. Apesar de a Companhia apresentar prejuízos, os fluxos utilizados para o teste de recuperabilidade consideram as medidas de reestruturação em andamento e as perspectivas futuras sob a gestão estatutária vigente.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais diferidos decorrem de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis. Seu reconhecimento foi suportado por estudo técnico de recuperabilidade e pela expectativa de utilização integral mediante transação tributária individual protocolada em 22 de setembro de 2025. Os passivos fiscais diferidos referem-se principalmente a efeitos de reavaliação de ativos imobilizados, sendo realizados de forma sistemática por meio da depreciação dos bens correspondentes.

Direitos creditórios

A Administração exerce o julgamento sobre a recuperabilidade dos direitos creditórios considerando a decisão transitada em julgado e toda a documentação suporte que comprova o saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e a base negativa de contribuição social. Adicionalmente, o valor em discussão com a Receita Federal do Brasil, está suportado por laudo pericial, e, portanto, a Administração acredita na realização próxima dos valores atualmente contabilizados através de compensações fiscais ou em programa de regularização tributária federal.

Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Companhia em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS. Essa avaliação considerou as condições atuais de mercado, os planos de reestruturação em curso e os resultados das medidas implementadas para preservação da liquidez e renegociação de passivos. Destaca-se que a Companhia se encontra em recuperação judicial há longa data e que a Administração pretende submeter à aprovação um novo plano de recuperação, no qual as negociações de dívidas tributárias, especialmente junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, representam fator relevante para viabilizar a homologação e execução do plano. Com base nesses elementos, a Administração, comprometida com o resultado favorável destas ações, entende que existem fundamentos razoáveis para a adoção da premissa de continuidade operacional na preparação das informações contábeis intermediárias.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos por numerário em espécie e depósitos bancários em contas correntes de livre movimentação. Esses recursos são mantidos essencialmente para atender às necessidades operacionais imediatas da Companhia e de suas controladas, não sendo destinados a aplicações financeiras com finalidade de investimento ou outros usos de longo prazo.

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Caixa	7	11	37	60
Bancos conta movimento	12	1.298	55	1.631
Aplicações Financeiras	962	-	962	-
	981	1.309	1.054	1.691

6. Contas a receber de clientes

A composição dos saldos de contas a receber, bem como sua distribuição por faixas de vencimento, está apresentada a seguir. A provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é constituída considerando, principalmente, os títulos vencidos há mais de 180 dias, complementada pela análise individual de valores relevantes em atraso. Adicionalmente, são constituídas provisões para créditos considerados de difícil realização, levando em conta a situação financeira dos devedores, o histórico de perdas da Companhia e demais fatores que indiquem risco de não recebimento.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Contas a receber – mercado interno	82.958	87.776	79.358	84.149
Contas a receber – mercado externo	4.677	3.964	4.708	3.998
Saldo bruto	87.635	91.740	84.066	88.147
(-) Provisão para perdas (<i>impairment</i>)	(11.478)	(11.825)	(11.516)	(11.865)
Saldo líquido	76.157	79.915	72.550	76.282

Aging list – contas a receber de clientes

Vencidos	15.456	18.250	15.614	18.454
A vencer até 90 dias	62.436	66.307	58.339	61.969
A vencer 91 a 120 dias	9.605	7.183	9.975	7.724
A vencer 121 a 180 dias	138	-	138	-
Saldo bruto	87.635	91.740	84.066	88.147

Contas a receber por tipo de moeda

Reais	82.958	87.776	79.358	84.149
US\$ e euros	4.677	3.964	4.708	3.998
Saldo bruto	87.635	91.740	84.066	88.147

7. Estoques

Os saldos de estoques em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, já líquidos das provisões constituídas, encontram-se demonstrados nas tabelas a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Produtos acabados	25.401	22.183	25.401	22.183
Produtos em elaboração	32.296	28.307	32.296	28.307
Matérias-primas, insumos e materiais	9.036	11.517	10.085	12.585
(-) Provisão para perdas (<i>impairment</i>)	(2.156)	(1.852)	(2.156)	(1.852)
	64.577	60.155	65.626	61.223

A Administração realiza, periodicamente, avaliações de recuperabilidade dos estoques, com o objetivo de identificar itens obsoletos, de baixo giro ou cujo custo contábil seja superior ao valor líquido de realização,

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial

Notas Explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

constituindo as provisões correspondentes sempre que necessário. No exercício findo em 31 de março de 2025, foram reconhecidas perdas de R\$ 304 relativas a itens obsoletos e ajuste valor de mercado (2024 - perdas de R\$ 312).

8. Direitos creditórios

Os saldos de R\$ 485.854 (2024 - R\$ 480.675) na controladora e consolidado, decorrem da ação judicial ajuizada em Dezembro de 2005 contra a União Federal visando afastar a limitação legal de 30% sobre a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, de modo a assegurar a compensação integral (100%) com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil. Em novembro de 2011, obteve decisão definitiva favorável, com trânsito em julgado, reconhecendo o direito à compensação sem limitação, bem como à atualização monetária dos créditos pela taxa Selic e foram calculados às alíquotas de 15% para imposto de renda e 8% para a contribuição social.

Com base em decisão judicial transitada em julgado, a Companhia registrou no ativo créditos de IRPJ e CSLL decorrentes do direito de compensação integral. Na revisão realizada em dezembro de 2024, permaneceram registrados apenas os montantes relativos ao período de 2003 a 2011, considerados efetivamente devidos em razão da decisão judicial definitiva.

Atualmente, a controvérsia judicial remanescente restringe-se à apuração do valor exato do crédito. Para viabilizar sua realização, a Companhia adotou providências para a conversão desses direitos creditórios em precatórios federais, possibilitando sua utilização direta na quitação de débitos abrangidos pela transação tributária individual protocolada em setembro de 2025 (nota explicativa nº 27). No âmbito do pedido de transação tributária individual, realizado em 30 de setembro de 2025, como forma de compor o valor da amortização de sua dívida tributária, a Companhia considerou o montante de R\$ 205.002 destes direitos creditórios, em forma de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social calculados à alíquota conjunta de 34%.

9. Participações em controladas

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade. O saldo registrado reflete a participação da Companhia no patrimônio líquido das controladas, ajustado pela equivalência dos resultados do período e pelos efeitos de variações cambiais decorrentes da conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior. A seguir, são apresentadas as principais informações patrimoniais e a movimentação dos saldos de investimentos nos exercícios findos em 31 de março de 2025.

Controladas	País	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	% Participação
31/12/2024						
Teka Têxtil S.A.	Brasil	50.100	17.210	32.890	(904)	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	-	-	-	-	90,0000%
Teka Paraguay	Paraguai	9.042	-	9.042	(59)	99,0000%
Total 2024		59.142	17.210	41.932	(963)	
31/03/2025						
Teka Têxtil S.A.	Brasil	49.786	17.119	32.667	(223)	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	-	-	-	-	90,0000%
Teka Paraguay	Paraguai	8.405	-	8.405	21	99,0000%
Total 2025		58.191	17.119	41.072	(202)	-

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	31/03/2025	31/12/2024
Saldo inicial	41.841	40.844
Equivalência patrimonial (resultado)	(202)	(963)
Ganhos ou perdas de capital	-	(8)
Ajustes acumulados de conversão	(651)	1.968
Saldo final	40.988	41.841

Além dos investimentos em controladas com patrimônio líquido positivo, a Companhia mantém provisão para passivos a descoberto referentes às sociedades Cerro Azul, Teka Europalager e Salerna. Em 31 de março de 2025, o valor dessa provisão totalizava R\$ 33.436 (R\$ 32.224 em 2024), correspondente à obrigação de absorção dos prejuízos acumulados dessas controladas.

10. Imobilizado

Controladora <i>útil em anos</i>	Terrenos	Edificações 50	Máquinas 45	Andamento	Outros 10 a 33	Total
Saldos em 01/01/2024	28.662	44.244	41.234	3.751	2.047	119.938
Adições	-	370	1.083	2.023	337	3.813
Baixas	-	-	(4.811)	(973)	(61)	(5.845)
Depreciação	-	(741)	(1.674)	-	(497)	(2.912)
Depreciação - baixas	-	-	2.604	-	45	2.649
Impairment	-	-	1.728	-	-	1.728
Transferências	-	(955)	724	(3.474)	2.469	(1.236)
Saldos em 31/12/2024	28.662	42.918	40.888	1.327	4.340	118.135
Adições	-	15	116	275	124	530
Baixas	-	(11)	-	-	-	(11)
Depreciação	-	(187)	(426)	-	(220)	(833)
Depreciação - baixas	-	6	-	-	-	6
Transferências	-	(189)	(14)	(64)	-	(267)
Saldos em 31/03/2025	28.662	42.552	40.564	1.538	4.244	117.560
Custo	28.662	82.187	116.348	1.538	18.743	247.478
Depreciação acumulada	-	(39.635)	(75.784)	-	(14.499)	(129.918)
Saldos em 31/03/2025	28.662	42.552	40.564	1.538	4.244	117.560

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Terrenos	Edificações	Máquinas	Andamento	Outros	Total
<i>Vida útil em anos</i>		50	45		10 a 33	
Saldos em 01/01/2024	46.724	67.264	51.140	3.751	2.120	170.999
Adições	-	370	1.089	2.023	359	3.841
Baixas	-	-	(4.831)	(973)	(61)	(5.865)
Depreciação	-	(1.758)	(2.095)	-	(511)	(4.364)
Depreciação - baixas	-	-	2.619	-	45	2.664
Impairment	-	-	1.728	-	-	1.728
Transferências	-	(955)	724	(3.474)	2.469	(1.236)
Saldos em 31/12/2024	46.724	64.921	50.374	1.327	4.421	167.767
Adições	-	15	116	275	136	542
Baixas	-	(11)	-	-	-	(11)
Depreciação	-	(436)	(531)	-	(225)	(1.192)
Depreciação - baixas	-	6	-	-	-	6
Transferências	-	(189)	(14)	(64)	-	(267)
Saldos em 31/03/2025	46.724	64.306	49.945	1.538	4.332	166.844
Custo	46.724	131.122	151.158	1.538	19.229	349.770
Depreciação acumulada	-	(66.816)	(101.213)	-	(14.897)	(182.926)
Saldos em 31/03/2025	46.724	64.306	49.945	1.538	4.332	166.844

A depreciação do ativo imobilizado é calculada com base na política da Companhia, que estabelece as vidas úteis econômicas e os percentuais de valor residual atribuídos a cada classe de bens. A definição dessas estimativas considera, entre outros fatores, o estado de conservação dos ativos, o ritmo de evolução tecnológica aplicável, a política de renovação e substituição de equipamentos e a experiência histórica da Companhia quanto à utilização de seus bens.

Durante o exercício de 2025, a Companhia não registrou lançamentos de *impairment* e em 31 de março de 2025, o montante registrado no ativo imobilizado totaliza R\$ 1.161, tanto na controladora quanto no consolidado.

A Administração planeja conduzir a revisão das vidas úteis dos ativos imobilizados, em 2025, com base em novos estudos técnicos e laudos de avaliação a serem contratados, de forma a assegurar que as estimativas permaneçam compatíveis com a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros e com a utilização efetiva dos bens no processo produtivo. Essa medida reforça o compromisso da Companhia em manter suas práticas contábeis alinhadas às normas aplicáveis e às melhores práticas de governança. Ressalta-se que os testes de recuperabilidade realizados indicaram que os ativos são recuperáveis, não havendo necessidade de ajustes adicionais neste momento.

11. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
Saldos a vencer	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Em até 90 dias	24.593	29.535	24.599	29.549
De 90 a 360 dias	466	753	466	753
Acima de 360 dias	231	104	231	104
Total	25.290	30.392	25.296	30.406
Circulante	25.059	30.288	25.065	30.302
Não circulante	231	104	231	104

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos de fornecedores referem-se substancialmente a operações com o mercado interno, denominados em reais, abrangendo principalmente a aquisição de algodão, fios, energia, produtos químicos e embalagens, insumos indispensáveis à manutenção da atividade produtiva da Companhia. A composição apresentada evidencia a segregação entre obrigações correntes, classificadas por faixa de vencimento.

12. Salários e encargos

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Salários a pagar	4.536	4.144	4.571	4.183
Encargos sociais correntes	11.290	9.871	11.397	9.964
	15.825	14.015	15.968	14.147

Os saldos registrados nesta rubrica englobam as obrigações trabalhistas correntes relacionadas salários e provisões de férias e 13º salário, além dos encargos incidentes.

13. Tributos a recolher e provisões

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Tributos correntes	7.258	6.130	7.306	6.141
Tributos parcelados - ICMS	106.861	15.242	106.861	15.242
Tributos parcelados - Federais	11.962	12.241	11.962	12.241
Total parcelados	118.823	27.483	118.823	27.483
Dívida ativa e provisões - ICMS	162.933	410.060	162.933	410.060
Dívida ativa e provisões - Federais	2.029.484	1.990.322	2.110.731	2.062.303
Dívida ativa e provisões - Municipais	52.690	48.578	52.690	48.578
Total dívida ativa e provisões	2.245.107	2.448.960	2.326.354	2.520.941
Total tributos a recolher e provisões	2.371.188	2.482.573	2.452.483	2.554.565
Circulante	2.264.946	2.460.731	2.346.241	2.532.723
Não circulante	106.242	21.842	106.242	21.842

13.1 Tributos parcelados – ICMS – R\$106.861:

Em 31 de março de 2025, o montante de R\$ 106.861 corresponde a parcelamentos de ICMS referentes aos Estados de Santa Catarina e São Paulo, sendo R\$ 10.103 classificados no passivo circulante e R\$ 96.758 no passivo não circulante. Do total do ICMS parcelado, o montante de R\$ 9.233 é referente a Santa Catarina e o montante de R\$ 97.628 é relativo a São Paulo.

Ressalta-se que os referidos parcelamentos vigentes em 31/03/2025 contemplam os efeitos da renegociação integral do ICMS em São Paulo, concluída em 31 de janeiro de 2025 e permanecem em curso as negociações relativas ao ICMS do Estado de Santa Catarina e Minas Gerais, cujos resultados serão reconhecidos nas demonstrações subsequentes.

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.2 Tributos parcelados – federais – R\$11.962:

Em 31 de março de 2025, o montante de R\$ 2.997 corresponde a parcelamentos de IRRF, distribuídos entre R\$ 327 no passivo circulante e R\$ 2.670 no passivo não circulante, enquanto o montante de R\$ 8.965 refere-se a parcelamentos de contribuições previdenciárias (INSS), sendo R\$ 2.151 no passivo circulante e R\$ 6.814 no passivo não circulante.

Esses valores ainda não contemplam os efeitos da Transação Tributária Excepcional Individual com a União, protocolada em 22 de setembro de 2025, com potencial de redução de cerca de R\$ 1.900.000 em débitos federais.

13.3 Dívida ativa e provisões – ICMS – R\$162.9330:

Contempla as dívidas de ICMS incidentes nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais. Em 31 de janeiro de 2025, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal do Estado de São Paulo, Acordo Paulista, o que proporcionou uma redução da dívida de R\$ 311.000s para R\$ 97.000, com prazo de pagamento de 145 meses. O saldo devedor é atualizado exclusivamente pela taxa SELIC ao longo do parcelamento.

No Estado de Santa Catarina, encontram-se em andamento as tratativas para adesão ao programa de parcelamento que permitirá redução da dívida de R\$ 98.000 para R\$ 36.000, com prazo de 120 meses. Já em Minas Gerais, a renegociação viabilizará redução do montante de R\$ 9.000 para R\$ 3.000, também com prazo de 120 meses. A formalização desses programas permitirá à Companhia aderir integralmente aos regimes de incentivos fiscais disponíveis em cada estado. No caso de São Paulo, a Companhia passou a usufruir, a partir de agosto de 2025, do crédito outorgado de ICMS, alinhado às políticas de incentivo regional e ao novo modelo tributário adotado.

13.4 Dívida ativa e provisões – Federais – R\$2.110.731:

Diante do elevado volume de litígios e da relevância dos montantes envolvidos, a administração entendeu que a forma mais confiável de mensuração dos passivos seria pela utilização dos valores constantes nos extratos oficiais das Fazendas Públicas. No caso do FGTS, na ausência de extratos emitidos pela Caixa Econômica Federal, foram utilizados como referência os valores disponibilizados no sistema “Regularize”. Essa rubrica engloba os valores que foram objeto do pedido de Transação Tributária Excepcional Individual, protocolado em 22 de setembro de 2025 perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento na Lei nº 13.988/2020 e Portarias PGFN nº 2.382/2021 e nº 6.757/2022, abrangendo os débitos tributários federais e do FGTS. O objetivo é equacionar o passivo fiscal e viabilizar a homologação do novo Plano de Recuperação Judicial. As propostas contemplam:

- Aplicação dos descontos máximos legais sobre multas, juros e encargos (até 70%);
- Utilização de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL em montante de R\$ 1.550.000, convertidos em crédito tributário de aproximadamente R\$ 528.000, para liquidação parcial do saldo remanescente;
- Parcelamento em até 60 meses para débitos previdenciários e até 120 meses para os demais tributos;
- Inclusão dos saldos de transações anteriores por adesão, visando unificação do passivo em um único fluxo de pagamento;
- Inclusão do passivo de FGTS, cuja conciliação está em curso junto à Caixa Econômica Federal e sindicatos, com previsão de quitação em até 36 meses para a maior parte dos valores.

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***Quadro Resumo – Reestruturação do Passivo Fiscal – “Não revisado pelos auditores independentes”**

<u>Natureza do Débito</u>	<u>Dívida Consolidada</u>	<u>Redução Multa/Juros</u>	<u>Utilização de Prejuízos Fiscais</u>	<u>Saldo Final a Pagar</u>	<u>Prazo em meses</u>
Previdenciário	1.106.077	(709.731)	(277.442)	118.904	60
Demais Tributos	929.331	(571.104)	(250.759)	107.468	120
Subtotal Federal	2.035.408	(1.280.835)	(528.201)	226.372	
FGTS	135.708	(45.727)	—	89.981	120
Total Geral	2.171.116	(1.326.562)	(528.201)	316.353	

Estratégia de pagamento: Nos três primeiros anos a partir deste exercício (2026–2028), a Companhia deverá realizar desembolsos mensais limitados a aproximadamente R\$ 400, priorizando o cumprimento dos créditos trabalhistas e do FGTS. A partir de 2029, os pagamentos deverão ser progressivamente ampliados até o limite legal de 60 meses (previdenciários) e 120 meses (demais tributos). Por fim, a Companhia deverá utilizar direitos creditórios em fase de liquidação judicial, mencionados na Nota 8, com potencial de conversão em precatórios federais, para amortização antecipada e alienação de imóveis não operacionais, para destinação prioritária à quitação de dívidas trabalhistas e saldo do FGTS, e para eventuais pagamentos antecipados decorrentes de ganhos de eficiência operacional e geração de caixa incremental.

13.5 Dívida ativa – Municipais – R\$52.690

Os saldos desta rubrica referem-se substancialmente a débitos de IPTU nos municípios de Blumenau-SC, Indaial-SC, Sumaré-SP, Artur Nogueira-SP e Itapira-SP. A Companhia vem conduzindo tratativas junto às administrações municipais para viabilizar acordos de regularização, seja por meio da adesão a programas de parcelamento com reduções de multas e juros, seja por negociação direta com alternativas de quitação, incluindo a possibilidade de oferta de imóveis ou mercadorias como forma de pagamento. Com base em simulações realizadas, caso os municípios de Indaial, Sumaré e Artur Nogueira venham a adotar programa semelhante ao já disponibilizado pelo município de Blumenau-SC, o valor principal consolidado dessas obrigações, atualmente em torno de R\$ 18.000, corresponderia ao desembolso esperado para liquidação após a aplicação das reduções legais. A Administração mantém expectativa de desfecho favorável das negociações no decorrer dos próximos meses, alinhando a estratégia de regularização à capacidade de geração de caixa da Companhia.

14. Empréstimos e financiamentos

Os saldos, na controladora e consolidado, de R\$61.412 (2024 – R\$57.011) referem-se a operações recorrentes de antecipação de recebíveis contratadas junto a instituições financeiras por meio de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs). A Companhia mantém mais de 20 financeiras homologadas e realiza as operações de forma seletiva, priorizando aquelas que oferecem as melhores condições de mercado em termos de taxas e prazos. Essas operações representam uma importante fonte de liquidez para o capital de giro e estão sujeitas a encargos equivalentes ao CDI acrescido de spread entre 7% e 10% ao ano, em linha com a prática usual do setor.

15. Tributos diferidos

Em 31 de março de 2025, a Companhia apresentava ativos fiscais diferidos originados de prejuízos fiscais acumulados e bases negativas de CSLL. Nos termos do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, item 36, esses ativos fiscais diferidos permanecem registrados integralmente, uma vez que sua realização está suportada pela adesão à transação tributária individual protocolada junto à PGFN – procuradoria geral da fazenda nacional, em setembro de 2025, que permitirá a compensação direta de 100% dos montantes com débitos fiscais federais abrangidos. Dessa forma, a Companhia assegura que os créditos serão consumidos integralmente na referida transação. No mesmo período, a Companhia mantinha passivos fiscais diferidos consolidados resultantes dos

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ajustes no custo atribuído dos bens do ativo imobilizado, sendo sua realização atrelada à depreciação dos referidos bens.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Prejuízo antes dos impostos	115.452	(38.581)	115.347	(38.686)
<i>Alíquota nominal</i>	<i>34%</i>	<i>34%</i>	<i>34%</i>	<i>34%</i>
Créditos tributários à alíquota nominal	(39.254)	13.118	(39.218)	13.153
Créditos tributários não constituídos	39.254	(13.118)	39.218	(13.153)
Crédito tributário constituído no exercício	0	0	0	0
Custo atribuído	185	185	290	290
Créditos tributários de exercícios anterior	0	0	0	0
IRPJ/CSLL no resultado do período	185	185	290	290

16. Provisões e depósitos judiciais

As provisões para riscos trabalhistas e tributários classificadas como de perda provável com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, foram alocadas diretamente no grupo de contas contábeis correspondentes de "Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis", por serem objeto de homologação para liquidação, no caso dos trabalhistas, e inclusão nas transações tributárias federais, estaduais ou municipais.

Em relação aos processos cíveis, a Companhia reconheceu contabilmente os valores classificados como risco provável, em conformidade com a avaliação individual de cada ação e a constituição de provisões alinhadas às perdas estimadas. O saldo das provisões reflete os valores reconhecidos com base na avaliação dos assessores jurídicos externos, abrangendo principalmente ações relacionadas a fornecimento de energia elétrica, execuções de confissões de dívidas, demandas de prestadores de serviços e honorários advocatícios. Ainda subsistem discussões judiciais em andamento que poderão impactar a definição e o montante final desses débitos. As metodologias adotadas são consideradas adequadas e em linha com as normas contábeis e princípios de prudência e transparência, mas podem ser revistas em função de novas decisões judiciais ou alterações na estratégia de defesa, podendo gerar efeitos relevantes sobre os resultados futuros da Companhia. Quanto aos valores classificados como risco de perda possível, estes não foram constituídos na provisão para contingência assim como orienta o CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

Os saldos, na controladora e consolidado de R\$63.493 (2024 - R\$61.879), tiveram acréscimo de provisões no montante de R\$1.614 contabilizado como despesa no exercício.

Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados a processos de natureza tributária, trabalhista e cível, constituídos tanto por determinação judicial quanto por iniciativa própria na apresentação de garantias processuais. Esses valores têm por finalidade assegurar a continuidade das ações em curso e encontram-se vinculados a litígios ainda em tramitação.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais	8.243	8.261	8.691	8.709
Subcontas judiciais	16.306	16.049	16.306	16.049
	24.549	24.310	24.997	24.758

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As subcontas judiciais, no valor de R\$ 16.306, correspondem a valores líquidos em caixa, decorrentes de bloqueios judiciais sobre recebimentos e alienação de bens, que permanecem depositados à disposição da Justiça e aguardam liberação para a liquidação de processos trabalhistas.

Os assessores jurídicos da Companhia, avaliaram os processos classificados como de perda possível, estimando as causas cíveis totaliza R\$ 12.990 e em causas tributárias R\$ 2.394 em causas tributárias. Esses valores, por não atenderem aos critérios de reconhecimento contábil de obrigação presente e probabilidade de perda, não foram registrados contabilmente, sendo apenas divulgados em nota explicativa, em conformidade com as práticas contábeis previstas no CPC 25.

17. Partes relacionadas**a) Saldos a receber**

	Controladora	
	31/03/2025	31/12/2024
FB Ind. e Comércio Têxtil Ltda	46.933	46.933
Teka Têxtil S.A.	4.326	4.326
Cerro Azul Part. e Adm. Ltda	266	266
	51.525	51.525

Os saldos com partes relacionadas referem-se a operações usuais realizadas entre empresas do grupo e sociedades vinculadas, registradas em condições de mercado, sem incidência de juros.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

	31/03/2025	31/03/2024
Remuneração do conselho de administração	-	54
Remuneração da diretoria	196	189
	196	243

18. Patrimônio líquido**c) Capital Social**

O capital social da Companhia é composto por 503.155 ações, sendo 167.915 ações ordinárias e 335.240 ações preferenciais, todas sem valor nominal, totalizando R\$ 21.945. As ações preferenciais conferem aos seus titulares prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade, bem como direito a dividendo 10% superior ao atribuído às ações ordinárias. Em razão da ausência de distribuição de dividendos nos três últimos exercícios, nos termos da Lei nº 6.404/76, as ações preferenciais passaram a assegurar também direito de voto, permanecendo essa condição enquanto perdurar a situação.

d) Reservas de lucros: reserva Legal

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas em lei, conforme dispõe o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Até 31 de março de 2025, a Companhia não constituiu saldo em Reserva Legal, em razão da inexistência de lucro líquido a ser apropriado.

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***e) Outros resultados abrangentes**

Ajustes de avaliação patrimonial: os saldos registrados correspondem à diferença entre o custo original e o custo atribuído (*deemed cost*) de determinados bens do ativo imobilizado, reconhecida quando da adoção inicial dos pronunciamentos contábeis convergentes ao IFRS (CPCs), bem como de ajustes efetuados em períodos anteriores à vigência da Lei nº 11.638/07. A realização desses valores ocorre proporcionalmente à depreciação dos ativos a que se referem ou de forma integral no caso de alienação ou baixa, sendo os efeitos transferidos para lucros acumulados, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis. Ajustes acumulados de conversão: efeitos da variação cambial sobre ativos e passivos de controladas no exterior.

19. Lucro (prejuízo) por ação

O resultado básico e diluído por ação foi apurado dividindo-se o resultado líquido atribuível aos acionistas da Companhia pelo número médio ponderado de ações emitidas no período.

Não existem instrumentos financeiros ou contratos que possam gerar efeitos potencialmente dilutivos; dessa forma, o lucro (prejuízo) por ação diluído é igual ao lucro (prejuízo) por ação básico.

O cálculo foi realizado em conformidade com o CPC 41 / IAS 33, sendo apresentado de forma consolidada, sem distinção entre ações ordinárias e preferenciais.

(R\$ mil; número de ações totais; LPA em R\$)	31/03/2025	31/03/2024
Lucro atribuível aos acionistas	115.637	(36.083)
Número médio ponderado de ações (ON+PN)	503.155	503.155
Lucro por ação – básico e diluído (R\$)	229,82	(76,31)

20. Receitas de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Vendas mercado interno	99.713	87.111	99.975	87.320
Vendas mercado externo	6.803	3.798	6.803	3.798
Receita operacional bruta	106.516	90.909	106.778	91.118
(-) Impostos e deduções sobre vendas	(22.334)	(20.179)	(22.400)	(20.231)
Receita operacional líquida	84.182	70.730	84.378	70.887

21. Custos e despesas por natureza

Os custos e despesas estão apresentados de forma agregada por função, em conformidade com o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Para fins de detalhamento, a seguir é apresentada sua abertura por natureza, evidenciando a composição que integra o resultado do exercício.

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Controladora				
Matéria-prima e materiais gerais	46.813	40.698	47.014	40.850
Folha de pagamento	22.461	19.040	22.700	19.239
Frete, comissões e demais despesas variáveis	8.687	7.373	8.687	7.373
Depreciação e amortização	855	722	1.214	1.085
Total	78.816	67.833	79.615	68.547
Alocados em:				
Custos dos produtos vendidos	63.704	54.618	64.093	55.008
Despesas com vendas	11.237	9.546	11.636	9.860
Despesas gerais e administrativas	3.875	3.669	3.886	3.679

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Resultado financeiro líquido				
Despesas financeiras				
Despesas financeiras	172	1.521	172	3.982
Variação cambial	636	(293)	636	(293)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.185)	(3.995)	(4.185)	(3.995)
Atualização monetária de passivos	(35.946)	(42.085)	(36.846)	(45.607)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	348	(568)	348	(568)
Outras despesas financeiras	(136)	(1.100)	(164)	(1.121)
Total de despesas financeiras	(39.111)	(46.520)	(40.039)	(47.603)
Receitas financeiras				
Juros sobre duplicatas	119	42	119	42
Variação cambial	(416)	80	(416)	80
Outras receitas financeiras	53	0	53	7
Atualização monetária de ativos	5.802	11.275	5.802	11.275
Total de receitas financeiras	5.558	11.397	5.558	11.404
Resultado financeiro líquido	(33.553)	(35.123)	(34.481)	(36.199)

Encargos financeiros: correspondem a juros e deságio sobre empréstimos financeiros e operações com antecipação de recebíveis.

Atualização monetária: refere-se à atualização monetária pela taxa SELIC dos saldos de direitos creditórios mantidos pela Companhia, impostos a recuperar e obrigações tributárias a recolher/contingências.

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***23. Outras receitas (despesas)**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Outras receitas (despesas)				
Outras receitas				
Outras receitas	456	18	453	13
Total de outras receitas	456	18	453	13
Outras despesas				
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas	(63.852)	(3.671)	(63.852)	(3.671)
Deságio na renegociação dívida de ICMS	213.960	-	213.960	-
Custos de ociosidade	(298)	-	(298)	-
Outras despesas	(6.425)	(2.467)	(5.198)	(1.169)
Total de outras despesas	143.385	(6.138)	144.612	(4.840)
Total de outras receitas (despesas)	143.841	(6.120)	145.065	(4.827)

Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas: correspondem aos ajustes contábeis necessários para adequar as provisões para os processos trabalhistas, cíveis e fiscais.

Conforme descrito na nota explicativa nº 13.3, em 31 de janeiro de 2025, a Companhia aderiu ao programa de transação do ICMS do Estado de São Paulo, resultando em redução aproximada de R\$ 214 milhões do passivo.

24. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

As operações da Companhia e de suas controladas estão expostas a riscos de mercado, notadamente relacionados à variação da taxa de câmbio, riscos de crédito, de preços de insumos e de taxas de juros de empréstimos, além das oscilações nos preços internacionais de matérias-primas como algodão, poliéster e outras commodities. A gestão desses riscos é realizada por meio de políticas de controle e estratégias operacionais compatíveis com as práticas contábeis vigentes, com o objetivo de preservar liquidez, rentabilidade e segurança. O monitoramento é contínuo e contempla a comparação das condições contratadas com as taxas e parâmetros praticados no mercado. Até a presente data, não foram contratados instrumentos de hedge para mitigar tais riscos. Contudo, desde a transição de gestão ocorrida em meados de junho de 2025, a Administração vem avaliando a implementação de políticas formais de proteção contra exposições cambiais, de juros e de preços de insumos estratégicos, de modo a fortalecer ainda mais a gestão financeira e assegurar condições de estabilidade para o crescimento futuro.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos registrados nas informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025 foram mensurados em conformidade com os critérios estabelecidos nas notas explicativas específicas. Esses instrumentos, compostos principalmente por disponibilidades bancárias, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos, debêntures e contas a pagar, encontram-se reconhecidos pelos respectivos valores contábeis, que representam de forma substancial seu valor justo, considerando as características contratuais e as práticas contábeis vigentes.

a) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de perdas em decorrência de inadimplência de clientes. A Companhia adota políticas de crédito estruturadas, baseadas em análise cadastral, capacidade de pagamento e diversificação da carteira (pulverização do risco). As provisões para perdas estimadas são constituídas em consonância com o CPC 48 (IFRS 9), considerando tanto a experiência histórica de perdas quanto expectativas de perdas.

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***b) Risco de preço**

Relaciona-se à volatilidade dos preços dos principais insumos utilizados no processo produtivo, notadamente fios de algodão e produtos químicos. Alterações significativas nos preços desses insumos podem impactar de forma relevante os custos de produção. Como prática de mitigação, a Companhia mantém estoques reguladores e avalia continuamente alternativas de fornecimento e negociação de contratos.

A Companhia está exposta à volatilidade do preço do algodão, principal insumo utilizado em suas operações industriais. Considerando que a atividade produtiva requer fornecimento contínuo dessa matéria-prima, oscilações relevantes no preço internacional do algodão podem impactar diretamente o custo dos produtos vendidos e a margem operacional.

Para mitigar esse risco, a Companhia adota políticas de gestão de estoques e busca diversificação de fornecedores, tanto no mercado interno quanto no externo, avaliando permanentemente condições de custo, qualidade e prazo de entrega. Adicionalmente, mantém acompanhamento sistemático da formação de preços do algodão nos mercados nacional e internacional, de forma a antecipar movimentos de alta e planejar aquisições estratégicas, preservando a regularidade do processo produtivo.

c) Risco de taxa de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira, especialmente dólar norte-americano, o que a expõe à volatilidade cambial. Esse risco pode afetar diretamente os resultados da Companhia em função da variação no valor de contas a pagar e a receber.

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros expostos à variação da taxa de câmbio, destacando os possíveis efeitos consolidados em cenários de deterioração das condições de mercado:

31/03/2025	Base	Cenário I -25%	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Ativos - contas a receber mercado externo	4.677	3.508	5.846	7.016
Saldo da exposição em moeda estrangeira	4.677	3.508	5.846	7.016
Impacto no resultado - receita (despesa)		(1.169)	1.169	2.339
<i>Taxa Dólar (R\$)</i>	<i>5,74</i>	<i>4,31</i>	<i>7,18</i>	<i>8,61</i>
31/12/2024	Base	Cenário I -25%	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Ativos - contas a receber mercado externo	3.464	2.597	4.331	5.199
Passivos - empréstimos e financiamentos	(219)	(164)	(274)	(329)
Saldo da exposição em moeda estrangeira	3.245	2.432	4.058	4.870
Impacto no resultado - receita (despesa)		(813)	813	1.625
<i>Taxa Dólar (R\$)</i>	<i>6,19</i>	<i>4,64</i>	<i>7,74</i>	<i>9,29</i>

d) Risco de taxa de juros

Refere-se à exposição a oscilações nas taxas de juros incidentes sobre ativos e passivos financeiros, particularmente operações de antecipação de recebíveis e financiamentos contratados. A estratégia de mitigação envolve a diversificação das fontes de captação, a negociação de condições compatíveis com o fluxo de caixa operacional e, quando aplicável, a utilização de instrumentos financeiros.

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros expostos à variação da taxa de juros, destacando os possíveis efeitos consolidados em cenários de deterioração das condições de mercado:

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Sensibilidade às taxas de juros</u>	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.054	1.691
Empréstimos e financiamentos	(61.412)	(57.011)
Saldo da exposição em juros	(60.358)	(55.320)
<u>Impacto no resultado - receita (despesa)</u>		
Aumento dos juros em 1%	(604)	(21.247)
Redução dos juros em 1%	604	21.247

e) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não mantinham contratos de instrumentos financeiros derivativos, nem realizaram operações dessa natureza nos períodos apresentados.

f) Instrumentos financeiros – classificação por categoria

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2025 foi efetuada em conformidade com o CPC 48 (IFRS 9), que requer a segregação entre ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e aqueles mensurados ao custo amortizado. Os saldos por categoria são apresentados a seguir nas respectivas tabelas.

<u>Classificação por categoria</u>	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>Categoria CPC 48</u>
<u>Ativos</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.054	1.691	Custo amortizado
Contas a receber	72.550	76.282	Custo amortizado
Total dos ativos	73.604	77.973	
<u>Passivos</u>			
Fornecedores	25.296	30.406	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	61.412	57.011	Custo amortizado
Credores em renegociação	679.936	683.169	Custo amortizado
Partes relacionadas	51.525	51.525	Custo amortizado
Total dos passivos	818.169	822.111	

25. Informações por segmento

As informações por segmento são apresentadas em conformidade com o CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM nº 582/09. A definição dos segmentos operacionais da Companhia foi realizada pela Administração com base na estrutura de organização e no modelo de gestão aprovado pelo Conselho de Administração, considerando a natureza dos produtos, mercados atendidos e características econômicas comuns. Os segmentos identificados refletem as áreas de negócio utilizadas internamente para fins de tomada de decisão e acompanhamento do desempenho operacional.

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial

Notas Explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2025			31/03/2024		
	Indústria	Comércio	Total	Indústria	Comércio	Total
Receita líquida	82.382	1.997	84.379	69.294	1.593	70.887
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	116.887	-1.249	115.638	-37.090	-1.306	-38.396
Ativo total	1.150.301	3.807	1.154.108	1.184.300	3.874	1.188.174
Adições ao imobilizado e intangível	864	12	876	433	12	445

26. Seguros (Não revisado pelos auditores independentes)

A Companhia não possui atualmente apólices de seguros contratadas para cobertura de seus ativos ou operações. Entretanto, adota medidas de segurança e prevenção em suas unidades industriais e administrativas, com foco na mitigação de riscos de incêndio, acidentes operacionais e demais eventos que possam comprometer a continuidade das atividades. A nova administração está avaliando alternativas para a contratação de seguros patrimoniais e operacionais, buscando condições compatíveis com a realidade financeira da Companhia e com as práticas de mercado.

27. Eventos Subsequentes

a) Nova administração Estatutária

Em 18 de junho de 2025, foi empossada a nova Administração estatutária (eleita em Assembleia de Acionistas, realizada em 30 de dezembro de 2024), que vem atuando no fortalecimento da governança corporativa da Companhia, renegociação de dívidas tributárias, liquidação dos passivos e estruturação de um novo Plano de Recuperação Judicial.

b) Transação Tributária Excepcional Individual

Como parte das ações de recuperação da Companhia e da estratégia de liquidação de passivos tributários, em setembro de 2025 foi protocolada junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a Transação Tributária Excepcional Individual, visando à renegociação do passivo tributário federal. A transação, atualmente em análise pela PGFN, trará benefícios como descontos sobre encargos, prazos alongados e condições diferenciadas de pagamento, conforme previsto na legislação aplicável. A homologação e definição das condições finais permanecem sujeitas à avaliação da PGFN. Caso aprovada, a medida poderá resultar em redução de até 90% dos passivos tributários federais, que totalizam em 31 de março de 2025 o valor consolidado de R\$2.110.731, além da melhoria significativa no fluxo de caixa, contribuindo para o prosseguimento da recuperação judicial da Companhia. Ressalta-se que os efeitos financeiros da transação somente serão reconhecidos contabilmente, quando houver decisão definitiva e homologação pelo órgão competente.

c) Recuperação judicial e desdobramentos

- i. Em outubro de 2025, a Companhia homologou acordo de pagamento de salários em atraso na ordem de R\$ 70.000 junto a Justiça do Trabalho de Campinas e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem em Geral de Campinas e Região. Os acordos contaram com a participação dos Tribunais Regionais do Trabalho da 15ª Região de Campinas e da 12ª Região em Santa Catarina. A negociação beneficiou mais de 2.300 funcionários e ex-funcionários das unidades de Blumenau (SC) e Artur Nogueira, na região de Campinas, ainda ativas, e da antiga planta de Indaial (SC). Além de um pagamento inicial, o restante do saldo será pago em 36 parcelas. Para acelerar a quitação das parcelas, a Teka irá vender imóveis não operacionais e direcionar todo o valor arrecadado aos trabalhadores. Caso haja saldo após a quitação, os recursos serão destinados à antecipação de pagamentos do FGTS, conforme acordo firmado com a Caixa Econômica Federal.

TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. em recuperação judicial**Notas Explicativas**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ii. A nova Administração, em resposta ao ato do administrador judicial de 5 de fevereiro de 2025 (vide nota explicativa nº 1.1) requerendo a conversão da recuperação judicial em falência, e, atendendo ao pedido do Juízo Judicial para realização de auditoria independente sobre a situação contábil, financeira, tributária e trabalhista do Grupo Teka, abrangendo os últimos 60 meses, contratou a Grant Thornton em julho de 2025. O relatório da auditoria foi concluído e homologado pelo Juízo em setembro de 2025. Em 9 de junho de 2026, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por decisão unânime da 2ª Câmara de Direito Comercial, confirmou o afastamento da decretação de falência anteriormente proferida em primeira instância e determinou o prosseguimento da recuperação judicial da Companhia. O colegiado entendeu que a decretação da falência seria prematura, considerando necessária a análise da auditoria independente já concluída e juntada aos autos.

Com isso, o processo retorna ao juízo de origem, que deverá deliberar novamente à luz da auditoria e demais elementos supervenientes, observado o contraditório. Permanecem válidos os atos societários relativos à eleição do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, realizados em dezembro de 2024. Ressalta-se que a decisão ainda não transitou em julgado e está sujeita a recursos, cabendo ao juízo de primeira instância a decisão final quanto ao prosseguimento da recuperação judicial.

* * * * *

Rogério Marques
Diretor Presidente e
Relações com Investidores

Lídio Lins Neto
Diretor Administrativo-
Financeiro

Caio Scarpellini
Diretor Comercial

Mário Parasky
Diretor Industrial

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

TEKA TECELAGEM KUEHNRIICH S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

EM 31 MARÇO DE 2025
E RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Relatório do

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, emitido com abstenção de conclusão

Aos Administradores e Acionistas do
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A. – Em Recuperação Judicial
Blumenau - SC

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Teka Tecelagem Kuehnrich S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Teka”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia e de suas controladas é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão. Em decorrência dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria. Entretanto, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Desta forma, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Continuidade Operacional

A. Plano de Recuperação Judicial

Conforme as notas explicativas nº 1.1 e nº 27, a Companhia e suas controladas ingressaram com pedido de recuperação judicial em 26 de outubro de 2012, cujo processamento foi deferido em 08 de novembro de 2012, nos termos da Lei nº 11.101/05. O Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 2 de outubro de 2013, sendo homologado pelo juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, em 30 de outubro de 2013. Em 5 de fevereiro de 2025, o administrador judicial entendendo que a Companhia não vinha cumprindo o plano de recuperação judicial aprovado, protocolou pedido de conversão da recuperação em falência, acolhido em primeira instância, no entanto, reformado em decisão favorável à Companhia para manutenção da recuperação judicial pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina em 9 de junho de 2026, retornando, dessa forma, à Vara Regional de Falências, Recuperação Judicial e Extrajudicial de Jaraguá do Sul, cabendo a ela a decisão final quanto ao prosseguimento da recuperação judicial.

Em 18 de junho de 2025, uma nova Diretoria tomou posse e iniciou medidas para melhoria da governança, dentre elas a elaboração de um novo Plano de Recuperação Judicial que foi protocolado em dezembro de 2025 na Vara Regional de Falências, Recuperação Judicial e Extrajudicial de Jaraguá do Sul, que passou a integrar as análises da respectiva Autoridade competente em conjunto com o mencionado no parágrafo anterior. Não obstante, em razão das premissas integrantes no novo Plano, a Administração da Companhia,

efetuiu a reversão, de forma retroativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, dos efeitos contábeis registrados quando da aprovação do Plano anterior nos respectivos saldos de débitos e créditos concursais (atualização, deságio ou conversão em debêntures), procedimento este que não encontra amparo nas Normas Contábeis Brasileiras e Internacionais aplicáveis ao assunto, em razão de que, como aqui mencionado, o Novo Plano ainda não foi homologado e aprovado. . Esses fatos não nos permitem determinar com razoável segurança os potenciais efeitos sobre os ativos e passivos registrados nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, resultantes da aprovação ou não do Novo Plano de Recuperação Judicial.

B. Prejuízos e Capital Circulante Líquido Negativo

Conforme a nota explicativa nº 1.1, a Companhia e suas controladas apresentam prejuízos acumulados de R\$ 2.307.052 mil no período findo em 31 de março de 2025 (R\$ 2.423.206 mil em 31 de dezembro de 2024) e capital circulante líquido negativo de R\$ 2.986.009 mil (R\$ 3.182.069 mil em 31 de dezembro de 2024). Apesar das medidas adotadas pela Administração, persistem níveis elevados de incertezas quanto ao êxito das ações planejadas pela Administração para reversão dessa situação, inclusive pelo fato de muitas delas estar vinculadas à aprovação do Novo Plano de Recuperação Judicial. Tais eventos e condições indicam a existência de incerteza relevante que levantam dúvidas significativas quanto à capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando.

Em decorrência dos fatos descritos no itens A e B acima, não podemos determinar se seriam necessários ajustes nos saldos de ativos e passivos das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de 31 de março de 2025 e nos saldos comparativos de 31 de dezembro de 2024, nem os potenciais efeitos sobre o resultado do período, o resultado abrangente, nas mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e a informação suplementar da demonstração do valor adicionado dos períodos findos em 31 de março de 2025 e de 2024.

Direitos creditórios

Conforme descrito na nota explicativa nº 8, a Companhia e suas controladas apresentam, em 31 de março de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, direitos creditórios decorrentes de ação judicial nos montantes de R\$ 485.854 mil e de R\$ 480.675 mil, respectivamente, relativos ao direito de compensação integral de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Embora exista decisão transitada em julgado reconhecendo o direito à compensação sem limitação para o período de 2003 a 2011, permanece controvérsia judicial em curso quanto à apuração do valor exato desses créditos, e por consequência, sobre o prazo razoável em que poderão ser efetivamente utilizados, já que tais créditos podem ser convertidos em precatórios ou utilizados em programa de transação tributária individual. Durante nossa auditoria, não obtivemos evidência suficiente e apropriada para determinar, com segurança razoável, o valor recuperável e o momento de realização desses direitos creditórios. Em consequência dessa limitação no alcance de nossos trabalhos, não nos foi possível determinar se seriam necessários ajustes nos saldos dos direitos creditórios registrados no ativo, nem os efeitos potenciais sobre o resultado do exercício, o resultado abrangente, o patrimônio líquido, os fluxos de caixa e a informação suplementar da demonstração do valor adicionado do período findo em 31 de março de 2025, bem como sobre os saldos e informações comparativas individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024 e de 31 de março de 2024.

Tributos diferidos ativos

Conforme descrito na nota explicativa nº 15, a Companhia e suas controladas mantém registrados em seu balanço patrimonial em 31 de março e nas informações comparativas, ativos fiscais diferidos no montante de R\$ 319.207 mil, decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. Durante nossa auditoria, não obtivemos evidência suficiente e apropriada para suportar a realização desses ativos fiscais diferidos, em razão das incertezas significativas relacionadas à continuidade operacional da Companhia, que incluem o elevado nível de endividamento, prejuízos acumulados significativos e a incerteza associada à aprovação de um novo plano de recuperação judicial. Em consequência dessa limitação de alcance dos nossos trabalhos, não nos foi possível determinar se ajustes poderiam ser necessários nos saldos de tributos diferidos ativos, no resultado do período, no resultado abrangente, no patrimônio líquido, nos fluxos de caixa, na informação suplementar da demonstração do valor adicionado sobre o período findo em 31 de março de 2025, incluindo as informações comparativas.

Abstenção sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos mencionados na seção “Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes, que nos permitisse apresentar conclusão que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais da Teka Tecelagem Kuehnrich S.A. – Em Recuperação Judicial, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais -ITR, assim como pela apresentação de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Valores correspondentes

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas e revisadas por outros auditores independentes. Os respectivos relatórios de auditoria e de revisão, datados de 17 de outubro de 2025 e 9 de maio de 2024, continham modificações em decorrência de: (i) descumprimento do plano de recuperação judicial aprovado em 8 de novembro de 2012, o que associado ao elevado nível de endividamento da Companhia e à ocorrência de prejuízos recorrentes, indicava a existência de incerteza significativa quanto a capacidade de realização dos ativos e

liquidação dos passivos, bem como resultava na ausência de evidências de auditoria apropriada e suficiente para suportar o uso do pressuposto de continuidade operacional na elaboração daquelas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias; e (ii) incerteza quanto à realização dos direitos creditórios, conforme descrito na Nota Explicativa nº 8, nos montantes de R\$ 480.675 mil e R\$ 851.204 mil em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2024, respectivamente. Adicionalmente, o relatório de revisão sobre as informações intermediárias de 31 de março de 2024 continha modificação relacionada à ausência de conciliação entre os saldos contábeis da provisão para contingências e a documentação suporte correspondente, bem como à ocorrência de ajustes significativos registrados em exercícios anteriores.

Demonstração do Valor Adicionado

Fomos contratados, também, para revisar as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”). Entretanto, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção anterior intitulada “Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, também não nos foi possível também obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado referidas anteriormente.

Curitiba, 17 de junho de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC 2SP023701/O-8 PR

Éverton Araken Paetzold
Contador CRC 1PR 047.959/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

TEKA–Tecelagem Kuehnrich S.A., inscrita no CNPJ sob o número 82.636.986/0001-55, estabelecida na Rua Paulo Kuehnrich, nº 68 – Itoupava Norte – Blumenau – Estado de Santa Catarina, DECLARA, por seus diretores, nos termos do Artigo 27, § 1º, Inciso VI da Instrução CVM nº 80/22, que reviram, discutiram e concordam com as Informações Financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2025.

Blumenau/SC, 09 de Junho de 2026.

Rogério Aparecido Marques
Diretor Presidente

Lídio Lins Neto
Diretor Administrativo Financeiro

Caio de Moura Scarpellini
Diretor Comercial

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

TEKA-Tecelagem Kuehnrich S.A., inscrita no CNPJ sob o número 82.636.986/0001-55, estabelecida na Rua Paulo Kuehnrich, nº 68 – Itoupava Norte – Blumenau – Estado de Santa Catarina, DECLARA, por seus diretores, nos termos do Artigo 27, § 1º, Inciso V da Instrução CVM nº 80/22, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as informações relativas ao período findo em 31 de março de 2025.

Blumenau/SC, 09 de Junho de 2026.

Rogério Aparecido Marques
Diretor Presidente

Lídio Lins Neto
Diretor Administrativo Financeiro

Caio de Moura Scarpellini
Diretor Comercial